



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

BRASIL – ANGOLA

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

PISTAS PARA O FUTURO

BEATRIZ TEODORO PAULO BURNAY DE MENDONÇA

OUTUBRO – 2016

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

BRASIL – ANGOLA

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

PISTAS PARA O FUTURO

BEATRIZ TEODORO PAULO BURNAY DE MENDONÇA

ORIENTAÇÃO:

PROF. MANUEL ENNES FERREIRA

OUTUBRO – 2016

BRASIL- ANGOLA. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. PISTAS PARA O
FUTURO.

POR BEATRIZ BURNAY DE MENDONÇA

Este trabalho final de mestrado parte das relações entre Brasil e Angola para explorar as estratégias actuais no campo da cooperação e tecer considerações sobre como se poderá conduzir este processo com vista ao desenvolvimento agrícola e rural.

Face a uma crescente procura de alimentos à escala mundial, de uma necessidade urgente de diversificar a economia angolana e das oportunidades que a narrativa agrícola brasileira oferece, é fulcral estudar oeste desafio.

Para tal, esta dissertação parte da escola Institucionalista das relações internacionais aliada à Teoria dos Jogos com o fim de compreender qual a abordagem que melhor alia as dinâmicas de agronegócio e agricultura de pequena escala, para um futuro mais sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Doutor Manuel Ennes Ferreira pelo auxílio que me prestou enquanto orientador deste trabalho final de mestrado. O interesse e entusiasmo que mostrou desde o início deste processo e os seus conhecimentos e experiência foram decisivos para a concretização desta dissertação.

De igual forma agradeço a todos os que estiveram envolvidos no meu crescimento enquanto estudante, em particular ao corpo docente do mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional no ISEG.

Agradeço igualmente o apoio e incentivos da minha família e amigos para que esta etapa do meu percurso académico se revelasse também um momento importante na minha vida pessoal.

ÍNDICE

Introdução	6
Abordagem teórica – O Institucionalismo e a Teoria dos Jogos	9
Descrição do objecto de estudo – Análise da evolução das relações entre Brasil e Angola e respectivos sectores agrícolas	14
A agricultura no período colonial imediatamente anterior à independência.....	15
Breve olhar sobre a agricultura no período de 1975-1992 (I República).....	15
Breve olhar sobre a agricultura no período de 1992-2015 (II República).....	16
A política externa brasileira para com África e Angola	17
O sector agrícola nas relações comerciais e institucionais entre o Brasil e Angola.....	21
Estudo de caso	24
Win-win na cooperação Brasil-Angola	26
O que esperar da cooperação bilateral	28
Conclusão	30
Referências Bibliográficas	32
Anexos	37

INTRODUÇÃO

Os laços que unem Brasil a Angola, quer seja pelo passado ligado ao império português ou pelo papel que representavam no tráfico negreiro, são frequentemente mencionados como históricos e fraternais pela assimilação das duas culturas.

Contudo, esta união passou por momentos de maior e menor intensidade à medida que o contexto internacional e as alterações nas políticas internas de ambos os países construía a relevância atribuída a essas relações. As relações entre ambos têm sido definidas por essa dicotomia entre aproximação e distanciamento, dependentes de condicionantes internas e do processo de reestruturação internacional sobretudo no pós guerra fria, sendo que a tendência actual remete para um crescente interesse mútuo e incremento das relações.

Se no Brasil era visível uma oscilação entre defesa de princípios neoliberais e princípios do desenvolvimentismo, a guerra civil em Angola diminuiu a margem de actuação do país que apesar de tudo pretendia manter os contactos com o Brasil.

Angola passou por um período de democratização e transformações económicas, e a sua capacidade enquanto produtor de petróleo cedo chamou a atenção do Brasil, então com necessidades energéticas para alavancar o seu próprio crescimento promissor.

Ao longo da segunda metade do século XX, África foi sendo progressivamente incluída na política externa brasileira. Inicialmente com o objectivo de contrabalançar as relações com os EUA e inserida num discurso terceiro-mundista, o desenvolvimento económico do Brasil possibilitava a procura de um reposicionamento internacional através do continente africano.

Enquanto a questão angolana dava visibilidade à diplomacia brasileira, em simultâneo, Angola via no Brasil uma oportunidade de cooperação em áreas como a extracção de petróleo e cooperação técnica. No caso de Angola, depois do fim da Guerra Fria, regista-se um declínio das relações pautado pelas vulnerabilidades políticas e económicas dos parceiros africanos e ausência de novas opções para o comércio. Apesar destas condicionantes, Angola continuava a ser uma opção privilegiada.

As grandes dinâmicas diplomáticas são complementadas não só pelos laços históricos e sociais como também por interesses estratégicos económicos reflectidos na introdução de empresas brasileiras, integração de tecnologias e treino adaptadas aos

problemas do país, e alianças nos fóruns multilaterais para defesa de interesses comuns na área do desenvolvimento.

A crise económica e financeira de 2008 colocou a descoberto uma fraqueza não só dos países africanos como da América Latina e que consiste na dependência de um pequeno grupo de produtos para exportação e a concentração em mercados industrializados. Ambos os países podem diversificar os seus mercados de exportação através de relações bilaterais que se podem apoiar na experiência técnica brasileira, que em duas décadas se transformou de importador para um dos maiores exportadores de produtos agrícolas a nível mundial.

Um dos maiores desafios encontra-se na crescente procura por alimentos face a uma população em crescimento sem precedentes. Em simultâneo, existe uma grande coincidência de oportunidades que terá um efeito de propulsão dos investimentos e actividade comercial e poderá tornar Angola um grande produtor de bens alimentares diversificando a sua economia sujeita em grande medida às oscilações do preço do petróleo.

As políticas de segurança alimentar, capacitação da produção local e o aproveitamento do cerrado, são algumas das abordagens que mostram o sucesso do Brasil nesta área. A semelhança de condições geográficas e climatéricas indicia um aproveitamento do mesmo tipo de estratégias que desenvolveram a indústria agrícola brasileira, e transformar a agricultura rudimentar angolana.

Romper com o ciclo de agricultura de subsistência implica muitas mudanças nas práticas de gestão, melhoria de infra-estruturas, avanços tecnológicos, apoio de pequenos agricultores e respeito pela soberania alimentar. Dos 15 países onde a produção agrícola mais cresceu entre 2000 e 2008, sete são africanos sendo Angola o líder desta lista (13,6%). Este dado indica como Angola pode criar as circunstâncias para alimentar a sua população e recuperar um sector em que a guerra e a falta de investimento tiveram um forte impacto.

A própria agricultura foi identificada como parte da estratégia de desenvolvimento para redução da pobreza por ambos os países e coaduna-se com o segundo dos objectivos do desenvolvimento sustentável que apontam o aumento do investimento através do reforço na cooperação nos aspectos já mencionados como um fim para a erradicação da fome e aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento.

As motivações para a cooperação internacional normalmente dividem-se em dois campos generalistas que ou tendem para o altruísmo ou para o egoísmo. Pouco trabalho foi realizado no sentido de unir o fenómeno de cooperação para o desenvolvimento às teorias das relações internacionais. Será importante analisar os fluxos que caracterizam estas relações de modo que esse estudo permita compreender as dinâmicas por detrás da cooperação.

Baseado na teoria da interdependência e da possibilidade de ganhos comuns, a perspectiva neoinstitucionalista olha para as instituições internacionais como elementos essenciais, pelo impacto que têm na definição dos interesses do Estado. A cooperação é não só possível mesmo por parte de actores racionais, como se ajusta mutuamente com o intuito de aumentar as suas possibilidades de sucesso.

Este trabalho de investigação parte da análise da evolução de dados estatísticos e das estratégias de desenvolvimento seguidas por ambos os países no período entre 1960 até à actualidade, através de uma revisão da literatura de trabalhos académicos, livros especializados e publicações e relatórios de organismos de cooperação oficiais, de forma a encontrar espaços de cooperação entre os dois actores.

Pretendo analisar os padrões de cooperação entre Brasil e Angola de acordo com a escola neoinstitucionalista e sua aplicabilidade na Teoria dos Jogos. Seguindo essa linha de raciocínio, quero identificar possíveis efeitos de *spill-over* nas oportunidades de cooperação para o desenvolvimento agrícola que poderão ser aprofundadas no futuro. Deste modo, pretendo responder à questão de partida que motivou esta dissertação: Sendo o Brasil um país com uma larga experiência no domínio agrícola, e nomeadamente tropical, será que Angola tem a beneficiar da cooperação agrícola brasileira?

Para tal, este trabalho divide-se em cinco secções que correspondem à introdução, revisão de literatura, descrição do objecto de estudo, estudo de caso e conclusão.

1. Abordagem teórica – O Institucionalismo e a Teoria dos Jogos

A realidade é sobretudo uma construção social e a história importa porque aprendemos com o passado, e porque o presente e futuro estão ligados ao passado através da continuidade das instituições.¹ Essas instituições são as regras do jogo numa sociedade e como tal estruturam os incentivos nas trocas humanas, sejam políticas, sociais ou económicas (North, 1991).

Se as instituições se transformam, essa transformação molda a forma como as sociedades se desenvolvem ao longo do tempo e por isso são um factor essencial para compreender as mudanças históricas e o modo como decisões passadas influenciam as actuais. A dimensão institucional da economia é cada vez mais reconhecida, e é necessário olhar para todo o tipo de cooperação como estando enquadrada num determinado contexto institucional com o qual interage.

Muito se pode retirar da análise institucionalista sendo ela evolucionista e orientada para processos, ou seja, essencial para examinar os processos de interação e não ter uma perspectiva estática. A história tem uma força imensa porque todo o ser humano e sociedade carregam consigo o seu passado e percorrem um percurso que é *path-dependent*. Se a história importa, pelo menos no sentido de que os desenvolvimentos sociais são *path-dependent*, então o passado pode e deve ser explorado.

A ciência económica perdeu a sua contextualização histórica ao focar apenas aquilo que é comum a todos os sistemas, com pouca ênfase nas circunstâncias históricas em que têm lugar as decisões dos indivíduos, negligenciando assim a forma como as instituições e a cultura podem moldar as preferências dos mesmos².

Pelo contrário, se considerarmos o indivíduo como parcialmente construído pela sociedade e instituições, então a história pode ser readmitida na teoria. A sociedade e o indivíduo são mutuamente constitutivos, cada um forma e reforma o outro num processo contínuo.

¹ O problema da especificidade histórica foi explorado pela escola histórica alemã entre 1840 e 1930 sendo mais tarde uma influência para grupos minoritários de economistas na Grã-Bretanha e EUA. A segunda guerra mundial e o nazismo provocam uma interrupção no desenvolvimento desta escola, que regressa com os obstáculos colocados. Esta escola via a economia como dependente da cultura e não podendo ser generalizado no tempo e no espaço, como tal, defendia que o estudo da história seria a melhor forma de obter conhecimento.

² Isto parte de uma determinação da natureza humana, de onde decorre que as tentativas do indivíduo de melhorar a sua situação advêm da sua natureza, fazendo com que esta conceptualização seja operacional em qualquer tempo histórico e qualquer condição social.

Apesar de não existir um consenso quanto à definição do conceito de instituições, Geoffrey Hodgson (1994) caracteriza-as como sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e incorporadas que estruturam as interações sociais. Essa existência de regras implica constrangimentos mas também possibilita certas escolhas e acções e permite a ordem ao impor consistência nas actividades humanas.

No trabalho de Douglass North encontramos uma perspectiva mais utilitarista porque identifica nas instituições a capacidade de reduzir a incerteza e reduzir os custos de transacção mas em última análise integra o conjunto de posições que atribuem às instituições a função de gerar benefícios colectivos. Esta visão utilitarista vai de encontro ao trabalho desenvolvido por Coase que define a ciência económica como “the working of social institutions which bind the economic system together: firms, markets for goods and services, labour markets, capital markets, the banking system, international trade, and so on”³.

Com base na teoria da interdependência⁴ que defende que níveis crescentes de interacção entre actores internacionais geram uma maior procura de cooperação, o neo-institucionalismo vê a possibilidade de ganhos comuns mas com possíveis conflitos distributivos desses ganhos⁵. Ao contrário da escola realista⁶, considera as instituições internacionais como tendo um papel fundamental na promoção da cooperação pois têm elevada influência sobre a forma como os Estados definem os seus interesses.

Em 1944, John Von Neumann e Oskar Morgenstern desenharam a teoria da eleição racional, depois denominada de Teoria dos Jogos, que se torna popular nos anos 80⁷. A Teoria dos Jogos parte da acção estratégica de actores que procuram maximizar as suas preferências tendo em conta os interesses dos restantes jogadores.

³ Coase, R. (1984) “The New Institutional Economics”. *Journal of Institutional and Theoretical Economics* 140, 231 in Pereira 2008.

⁴ Modelo elaborado por Robert Keohane e Joseph Nye (1985) que focam as instituições internacionais como reguladores das relações internacionais e fundamentais para o desenvolvimento dos países pobres.

⁵ Neste caso, as instituições são as restrições que os homens impõem para eliminar ganhos do conflito distributivo. Knight, C. (2004) “Liberal Multiculturalism Reconsidered”. *Politics* 24 (3), 189-197 in Hodgson 2006.

⁶ Vários economistas pós-keynesianos estiveram, apesar da sua teoria dominante, conscientes das especificidades históricas e institucionais. Entre outros, Robinson (1974) refere a importância do tempo histórico e Davidson (1980) compreende não só que a economia é um processo num tempo histórico como refere o papel importante das instituições económicas e políticas em determinar os *outcomes* do mundo económico. O próprio Alfred Marshall, umas das maiores influências sobre a ciência económica britânica, reconheceu o problema da especificidade histórica e elogiou a escola alemã. Apesar de ser recordado pela sua abordagem neoclássica, a sua concepção da teoria económica abarcava várias ideias históricas e institucionais.

⁷ Quando a teoria de equilíbrios de mercado encontrou dificuldades. Isto marcava uma mudança de foco, de uma teoria generalizadora para outra exemplificativa.

A cooperação não diz respeito a uma completa harmonia de interesses mas antes define interesses conflituais e outros que se complementam. A partir daqui, os actores adaptam-se às preferências de outros, ajustando os seus comportamentos. Axelrod e Keohane (1984) identificam três dimensões que afectam a propensão dos actores para cooperar: a mutualidade de interesses, a “sombra do futuro” e o número de actores.

A estrutura de *payoffs* que determina a mutualidade de interesses não se baseia apenas em factores objectivos mas também nas percepções que os actores têm dos seus próprios interesses. Não existe uma estratégia óptima que seja independente da estratégia de outrem, e os *payoffs* não têm de ser equivalentes mas sim quantificados relativamente ao dos outros, ou seja, mais do que quantificar os ganhos absolutos, trata-se de pesar os ganhos relativos.

A preocupação com o futuro ajuda a promover a cooperação pois quanto mais os *payoffs* futuros forem valorizados, menor a probabilidade de existir uma ruptura nessas relações de cooperação.

O comportamento maximizante não é necessariamente intencional ou dirigido a um objectivo. Por exemplo, as empresas tendem a maximizar porque as que o fazem são as que têm mais probabilidades de sobreviver, sendo irrelevantes os processos pelos quais uma empresa possa de facto ter maximizado algo. Contudo, isto não implica estritamente que a empresa se comportará tendo em vista um ganho pecuniário imediato.

Como Robert Axelrod (1984) demonstrou no seu estudo teórico, na existência de dadas pré-condições mínimas, é natural que surja um comportamento cooperativo. Os resultados da sua experiência mostram como a cooperação pode surgir num mundo de egoístas sem uma autoridade central. De acordo com o Dilema do Prisioneiro, a quantidade de cooperação alcançada e o padrão para o conseguir dependem das circunstâncias do jogo e dos atributos dos jogadores e relações entre eles.

As teorias da evolução da cooperação, como demonstra o exemplo das trincheiras na I Guerra Mundial, mostram como as relações de amizade não são necessárias para que exista cooperação. No entanto, a interacção contínua torna estável a cooperação recíproca, reconhecendo o padrão de comportamento no passado.

Essa repetição de jogadas é defendida pela forma como essa continuação do jogo desenvolve certas regras informais socialmente aceites a par de normas e instituições que posteriormente são transmitidas às gerações que se seguem.

Um das sugestões para obter sucesso no “Dilema do Prisioneiro” tendo em conta as experiências realizadas prende-se com o facto de não fazer sentido olhar para um *standard* de cooperação de forma a obter mais sucesso, ou seja, invejar o sucesso do outro, porque isto leva à tentativa de corrigir qualquer vantagem que o outro obtenha. Num mundo sem jogos de soma zero, não temos de fazer melhor que o outro de forma a conseguir algo para nós. Seguindo a teoria, o facto da performance de outros jogadores ser positiva é em parte um requisito para que o nosso sucesso seja igual ou maior.

Num outro quadro, o objectivo económico não consiste meramente em crescimento. O desenvolvimento da economia moderna exige que os objectivos de política económica tenham características de “cruzada moral”. Como afirma Fred Hirsch⁸ (1977), o renascimento de uma “ética de obrigação social” tem de se converter em fim e meio económico. Mais do que forças de oferta e procura, o mercado tem de ser servido por legislação e práticas sociais que reforcem factores como a cooperação.

Os factores morais ganham uma relevância interessante visto que para ser altruísta é preciso socialização. O mais moral seria a cooperação incondicional mas como num mundo de interesses próprios, isso daria margem para que nos explorassem, a reciprocidade acaba por ser a melhor forma de cooperação ao licitar que os restantes jogadores cooperem. Essa cooperação baseada na reciprocidade não precisa de uma autoridade central porque consegue ser “self-policing”.

Por exemplo, e tomando o caso da ajuda internacional, Ruttan (1987)⁹ afirma que o doador tem interesses económicos e estratégicos mas existe ainda uma responsabilidade ética/moral dos países ricos para com os países em desenvolvimento. Da mesma forma, Ayllón (2007)¹⁰ conclui que as motivações tanto podem derivar de interesses dos doadores, como ser uma resposta a um imperativo moral ou até instrumento neutro que tanto pode servir um objectivo ou outro. A estes factores juntam-se variáveis como as destacadas por Montúfar (2004) e Carol Lancaster (2007)¹¹ que focam as ideias e as instituições e organizações internacionais como um requisito para a cooperação.

⁸ Hirsch, F. (1977) “Social Limits to Growth, 1ª Ed. Londres: Routledge in Hodgson 2001.

⁹ Ruttan, V. W. (1987). “Why Foreign Economic Assistance?” *Economic Development and Cultural Change* 37(2), 411-424 in Pauselli 2012.

¹⁰ Ayllón, B. (2007). “La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales”. *Carta Internacional* 2 (2), 32-47 in Pauselli 2012.

¹¹ Montúfar, C. (2004). *Hacia un nuevo marco interpretativo de la asistencia internacional para el desarrollo* & Lancaster, C. (2007). *Foreign Aid. Diplomacy, development and domestic politics*. Chicago: University of Chicago Press in Hodgson 2001.

O homem económico racional não é necessariamente um hedonista egoísta¹². É admitida a possibilidade de um tipo de altruísmo quando o indivíduo tem nas suas preferências a possibilidade de um ganho extra na utilidade, através do aumento da utilidade dos outros. “The giving of a gift can mean a net gain in utility for the giver: the loss of utility resulting from the loss of the gift is compensated by a gain in utility resulting from the observation of the increased utility of the recipient.”¹³

Desta forma, os teóricos da escolha racional e consequentemente da teoria dos jogos, não têm de confinar os seus modelos apenas a agentes gananciosos e maximizadores dos seus próprios interesses. Em segundo lugar, não existe necessidade de assumir que os jogadores são racionais e maximizadores visto que as suas estratégias podem apenas reflectir uma metodologia, hábitos ou mesmo imitação de outros procedimentos. Por outro lado, as acções dos jogadores podem nem ser conscientes e assim actuarem sem ter em conta a estratégia que está a ser usada.

Cristina Bicchieri (1994)¹⁴ comenta as falhas dos modelos da teoria dos jogos por não apresentarem uma caracterização dos jogadores e respectivos processos de raciocínio. Desaparecem, portanto, os processos de cognição e aprendizagem que são moldados por um determinado ambiente institucional e cultural, faltando-lhes conteúdos enraizados em bases empíricas e históricas. E, mais importante ainda, não são consideradas as regras do jogo, ou por outras palavras, o enquadramento institucional.

Dentro da mesma lógica, Schmoller (1884)¹⁵ defendeu a teoria da escola historicista, *national economy*, opondo-se à perspectiva que afirmava que a natureza humana podia ser reduzida a motivações egoístas. A *national economy* será formada se tiver como base um conjunto de sentimentos, ideias, leis e instituições comuns a que o autor designa de *national spirit*, uma forma de coesão da economia moderna. Para Schmoller, os indivíduos não eram puramente egoístas ou puramente cooperativos pois eram influenciados por um número infinito de motivos que continham tanto características cooperativas como egoístas. Schmoller apresenta ainda uma teoria de *circular causation* em que os indivíduos e instituições são mutuamente constitutivos um

¹² Contudo, o foco nos interesses individuais também é útil no sentido de que pode mostrar como a cooperação pode surgir sem significar necessariamente uma preocupação com as necessidades dos outros.

¹³ Collard, D. (1978). “Altruism and Economy: A Study in Non-Selfish Economics”. *Journal of Economic Literature* 18 (1) in Hodgson 2001.

¹⁴ Bicchieri, C. (1994). *Rationality and Coordination*, 1ª Ed. Cambridge University Press in Hodgson 2001.

¹⁵ Schmoller, G. (1884). *The Mercantile System and its historical significance*. New York: Macmillan&Co. in Hodgson 2001.

do outro. Os ideais éticos moldam instituições, e as instituições sociais moldam os hábitos e comportamento do ser humano.

Para além da dimensão temporal, “jogos” que estão a ser jogados em múltiplos níveis afectam-se mutuamente quando os assuntos estão relacionados. Esta ligação pode ser importante numa negociação e facilitar acordos que de outra forma não seriam possíveis uma vez que os recursos dos actores podem divergir e ser usados para influenciar e ter poder de *bargaining* sobre outras negociações, ou seja, podem gerar oportunidades noutras áreas, nomeadamente na área comercial.

Os postulados institucionalistas como o papel da cultura e história, a importância do contexto institucional como elemento diferenciador e que promove a cooperação serão integrados à Teoria de jogos, preenchendo as suas maiores falhas.

Apesar desta teoria também se basear numa compreensão evolucionista e optimista da cooperação, partindo do homem económico maximizante e da mutualidade de interesses, não presta atenção às dinâmicas socioeconómicas que se pretendem incluir.

Os Estados podem ser os principais actores da cena internacional mas as instituições actuam sobre a estrutura internacional pela forma como influenciam as actuações dos Estados e as relações entre estes. O actor estatal mesmo sendo racional e utilitarista encontra nas instituições um instrumento para que se alcancem não só ganhos absolutos mas também benefícios mútuos através da cooperação.

Esta dissertação parte da formulação teórica institucionalista, sobretudo a corrente neo-institucionalista e da Teoria dos Jogos com o intuito de enriquecer e servir de suporte teórico para a análise que se segue.

2. Descrição do objecto de estudo – Análise da evolução das relações entre Brasil e Angola e respectivos sectores agrícolas

O presente capítulo visa apresentar a trajectória angolana no desenvolvimento do seu sector agrícola e, em simultâneo, abordar as estratégias agrícolas brasileiras, em que a coexistência do agronegócio e agricultura familiar poderão ser a fórmula para alavancar este sector em Angola e “criar uma base económica sólida e diversificada, que permita diminuir a dependência das importações de produtos de consumo e a elevada

dependência das exportações do sector petrolífero”¹⁶(v. anexo I). Procede-se igualmente ao enquadramento das relações entre os dois países a nível comercial, político e diplomático através de uma análise dos principais momentos de aproximação do Brasil ao continente africano e dos interesses e metas que mantêm viva e com potencial a cooperação entre Brasil e Angola.

2.1. A agricultura no período colonial imediatamente anterior à independência

No período colonial, o sector agrícola em Angola abastecia a quase totalidade da população e assegurava a produção de excedentes para o mercado externo. Angola era auto-suficiente em todas as principais culturas alimentares excepto trigo, azeite e arroz, bens alimentares que, a par do vinho, eram importados sobretudo de Portugal (Neto, 2008).

Para o ano de 1970, o grau de cobertura das necessidades internas no caso da produção de alimentos e bebidas era de 86,3%. Contudo, para esse mesmo ano, os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de Angola já indicavam que a economia era dependente das indústrias extractivas e de transformação¹⁷, sendo que o peso da agricultura no PIB tendia a decrescer devido à intensificação dessas indústrias.

A estratégia em vigor no período colonial baseava-se em projectos de desenvolvimento agrícola e rural mais ligados à exploração de grandes fazendas agrícolas assentes num modelo de produção capitalista e na inserção das comunidades rurais no sistema mercantil mediante programas de atribuição de subsídios e empréstimos bonificados em espécie (como gado, charruas, sementes e fertilizantes) que permitiram algum desenvolvimento rural (Neto, 1999).

2.2. Breve olhar sobre a agricultura no período de 1975-1992 (I República)

Com o fim da colonização de Angola, a saída de quadros agrícolas e de muitos detentores de grandes propriedades fundiárias paralisou as actividades produtivas e gerou escassez de alimentos. Na fase pós colonial, inicia-se uma economia centralizada

¹⁶ PND 2013-2017, MPDT, p. 62.

¹⁷ Em 1917 é implantada a primeira indústria no ramo extractivo de diamantes, só depois surgindo o minério de ferro e petróleo nos anos 50.

e planificada cujo sistema assenta na execução dos objectivos definidos no Plano Nacional e que se mantém durante a vigência da I República, entre 1975 a 1991.

A doutrina do partido no poder - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA¹⁸), defendia, para fomentar o crescimento económico do país, a acumulação baseada na indústria e, apesar do discurso político defender a agricultura como base¹⁹ produtiva, a indústria permanecia o factor decisivo para o desenvolvimento económico e social²⁰ (Ferreira, 1999).

A ausência de uma política económica coerente, o controlo das indústrias estratégicas pelo sector estatal, a carência de quadros e estruturas, a morosidade e a burocracia que advinham do papel da planificação e o primado da ideologia, todas essas características diminuiriam drasticamente o caminho do desenvolvimento.

Durante a guerra civil²¹ (1975-2002) a produção de bens alimentares diminuiu, influenciada em parte pelas deficiências da transformação da estrutura agrária e gerou uma agudização da insegurança alimentar no meio rural e o necessário recurso à importação para, nomeadamente, garantir bens alimentares aos centros urbanos.

2.3. Breve olhar sobre a agricultura no período de 1992-2015 (II República)

A transição para a II República em 1992 retomou as medidas de privatização e redimensionamento empresarial do sector estatal da agricultura, com a substituição do sistema socialista de administração centralizada por uma economia de mercado. Contudo, a instabilidade que se registou após o processo eleitoral de 1992, o conflito armado e a inexistência de empresários agrícolas com conhecimento e capital para investir, explicam em parte a estagnação da produção de bens alimentares que se seguiu até 2002 quando novo acordo de paz pôs um ponto final na guerra civil²² (Neto, 2008). Infelizmente, a situação de sub-aproveitamento do sector agrícola têm-se prolongado até á actualidade.

¹⁹ O ano de 1978 foi proclamado o Ano da Agricultura.

²⁰ Apesar de um dos objectivos para o período 1975-1980 fosse o de atingir os níveis de produção de 1973, este não só não se verificou como fracassou por completo ao se verificarem valores de 30 a 40% daquela meta.

²¹ Guerra civil intensifica o êxodo rural e migração urbana (das cidades do interior) e rural para o litoral (cidades de Luanda, Benguela, Sumbe, Namibe)

²² Regista-se a estagnação de grande parte dos sectores da economia excepto indústria extractiva (principalmente petróleo).

Os baixos níveis de produção agrícola tiveram impactos óbvios na nutrição da população, sobretudo nas zonas rurais cuja situação é agravada pela desarticulação dos circuitos comerciais e estado das vias rodoviárias. A fraca produção, a par do elevado consumo e necessidades alimentares por preencher, levaram a um aumento das importações que se realizaram no quadro de “troca” entre os recursos minerais (petróleo) e bens alimentares com o exterior.

A economia petrolífera angolana tem efeitos de terciarização nas outras actividades económicas e grande parte das suas receitas é empregue na importação de bens alimentares. Esta realidade, provoca o subinvestimento nas áreas rurais e agrícolas que, como descrito por Hugon (1999)²³, mostra como o rendimento do sector primário e da ajuda externa se converteu sobretudo na importação de bens e serviços sem grande efeito sobre as actividades produtivas. Esses recursos financeiros perdidos para o exterior poderiam ter sido (antes) usados para a revitalização do sector agrícola e rural. Apenas 1,4% da despesa governamental foi destinada à agricultura em 2014, comparativamente com 0.8% em 2000²⁴ (Neto, 2008).

De facto, as exportações angolanas²⁵ são representadas na sua quase totalidade pelos bens do sector petrolífero (v. anexo II), embora se verifique um tímido crescimento nas exportações de bens no sector não petrolífero nos últimos anos. O crescimento no sector agrícola não se traduz em grandes avanços (de 7,7% em 2007 para 9,9% em 2010 e 7% em 2012). Por outro lado, o sector petrolífero representa ainda cerca de 45% da estrutura do PIB²⁶, 60% das receitas fiscais e mais de 90% das exportações. Contudo, as taxas de crescimento real deste sector têm sido cada vez mais reduzidas.

2.4. A política externa brasileira para com África e Angola

²³ Hugon, P. (1999). *A economia de África*, 1ª Ed. Lisboa: Editora Vulgata in Neto 2008.

²⁴ Por outro lado, a agricultura de subsistência continua a ser a maior ocupação da população rural, correspondendo a 68,7% do total em 2012 (FAO, 2015).

²⁵ As exportações são compostas (1990-2014) essencialmente por petróleo bruto, refinados de petróleo, gás, diamantes e café (BNE). Em 2012, representavam quase 97% do total de exportações (FMI) a par de uma grande concentração em poucos parceiros comerciais. Recuando a 1983: “salvo o caso do café e das bananas, as culturas agrícolas não são para exportação...porque Angola é um país exportador de petróleo, não dependendo da agricultura para gerar divisas” já se notava a concentração das exportações numa única matéria-prima. Nascimento (1983) Ministro do Plano.

²⁶ Pretende-se diminuir progressivamente este peso, para os 27% em 2017 a par do aumento das receitas fiscais não petrolíferas e crescimento das exportações não-petrolíferas na ordem dos 35%.

África representa um elemento fundamental para a inserção do Brasil no contexto internacional. A história africana está ligada à do Brasil desde a colonização portuguesa no século XVI. Desde 1538 que, com a chegada dos primeiros escravos africanos, se inicia esta ligação baseada no tráfico de escravos e que se estende até 1850.

Com a independência do Brasil em 1822, com o fim do tráfico negreiro e o fim da expansão colonialista europeia em África, há um retrair destas relações. A partir de meados do século XX podemos identificar alguns governos-chave brasileiros na prossecução das relações com África e, mais concretamente, com Angola, sendo que a maior ênfase neste país se começa a sentir sobretudo durante a 5ª e 6ª República (a partir de 1964). Vale, uma vez mais, recordar que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer formalmente a independência de Angola (Novembro de 1975).

Ainda no governo de Getúlio Vargas (1951-1954) regista-se o redirecionamento da política brasileira para África ao ser assinado o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal em 1953 e que ligava politicamente os dois países, mostrando a ambiguidade da política brasileira relativamente às colónias portuguesas em África (Ribeiro, 2007).

Após um período em que as independências africanas são ignoradas, em 1961 é lançada a Política Externa Independente (PEI) por Jânio Quadros, política que reconhecia o direito dos povos à autodeterminação. A partir daqui é reconhecida a importância de África para a política brasileira e ao longo da segunda metade do século XX será progressivamente incorporada na política externa a par da política dos “3 D’s” (desarmamento, desenvolvimento e descolonização), associada a um discurso terceiro-mundista com o propósito inicial de contrabalançar o peso das relações com os EUA e opor-se às restrições decorrentes da Guerra Fria, reposicionando-se no cenário internacional através de África²⁷ (Amorim, 2005).

No sentido de que a rápida expansão do Brasil necessitava de mercados e matérias-primas como o petróleo, o governo de Médici (1969-1974) reorienta as exportações e importações para novos parceiros como Angola. Por outro lado, os

²⁷ A prevalência de relações com Portugal dificultava as políticas com África cujos territórios se encontravam em processo de independência. Somente a partir da década de 70, com a independência das colónias, as acções do Brasil começaram a desenvolver-se no sentido de defesa da autonomia dos novos Estados (Amorim, 2005).

Estados africanos viam na tecnologia brasileira um modelo inspirador e uma mais-valia na prestação de serviços.

O reconhecimento da importância de Angola deve ser visto como parte da estratégia brasileira de criar uma ponte entre interesses do primeiro e terceiro mundo. A questão angolana conferia visibilidade à diplomacia brasileira e Angola via no Brasil uma oportunidade de cooperação nas áreas que mais necessitava como a extracção de petróleo e cooperação técnica (Ribeiro, 2007).

O governo de Sarney (1985-1990) inicia a 6ª República e dá continuidade à aproximação com África, continuando a reflectir o nacional-desenvolvimentismo. A visita que realizou a Angola em 1989²⁸ visou a manifestação de apoio à paz através da retirada das forças sul-africanas e cubanas.

Fernando Collor de Melo (1990-1992) ascende ao poder num clima de crise interna e vai tomar novas decisões que afectam a direcção da política externa, com a adopção de políticas neoliberais que provocaram uma fase de distanciamento face a África. Se, por um lado, o fim da Guerra Fria mais a reestruturação das relações internacionais que se segue e a criação do Mercosul contribuíram para tal, também a situação interna de ambos os países remete o continente africano para um lugar secundário.

Como se pode verificar, ao longo destes anos existiu uma grande oscilação de políticas em relação a África. A reforma do Estado e a política de estabilização da economia promoveram uma política de abertura comercial que privilegiou as relações com os EUA e União Europeia em substituição da anterior diplomacia multilateral e universalista e onde África tinha o seu lugar. Isto originou algumas discrepâncias pela forma como se tentou conciliar as características do desenvolvimentismo implantadas desde 1930 e que visavam manter a posição de país recém-industrializado mas com uma nova condição democrática, com os princípios neoliberais. A política externa brasileira para com África perdeu força e aumentou o seu carácter selectivo em parte encoberto pela diplomacia cultural, posicionamento que permaneceu até ao governo de Lula da Silva.

Apesar do decréscimo da importância comercial, países como Angola continuaram a ser identificados como alternativas estratégicas²⁹ (v. anexo III). A

²⁸ A visita do Presidente em 1989 trouxe a cooperação complementar em áreas como a agricultura, transporte marítimo, cinematografia e construção.

²⁹ África do Sul, Angola e Nigéria representam o sumo das relações comerciais entre Brasil e África

vulnerabilidade energética do Brasil foi um estímulo para a aproximação com os Estados africanos produtores de petróleo, o que fez com que as relações comerciais se concentrassem de forma muito acentuada com poucos países, como destaca Lechini (2008).

Mais tarde, com o governo de Lula (2003-2011), abre-se um novo capítulo nas relações Brasil-África em parte devido às transformações internas mas também devido à nova visão da ordem internacional. Lula concede grande importância à agenda externa, multilateralismo e actividade diplomática³⁰ (Santos, 2008).

As grandes dinâmicas a nível diplomático eram complementadas por interesses estratégicos e económicos, para além dos laços históricos e sociais. Apesar da consolidação da presença de empresas brasileiras no continente, a cooperação não se baseava apenas em interesses económicos mas também focava o combate à pobreza e epidemias através da introdução de tecnologias adaptadas³¹ aos problemas destes países (Guanzioli, 2015).

O fortalecimento da posição dos países africanos era permitido através de alianças nos fóruns multilaterais para a defesa de interesses comuns no âmbito do desenvolvimento³². As assimetrias do comércio internacional eram para o Brasil o maior obstáculo a superar de forma a retirar as pessoas da pobreza, a par da erradicação da fome que se tornou um das prioridades da agenda interna e externa (Amorim, 2005).

O governo de Dilma Rousseff deu continuidade a estes pressupostos e compromissos apesar de existir um foco crescente na procura de novos mercados e os cortes no orçamento terem diminuído o ritmo de expansão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O seu discurso parece um pouco mais pragmático e menos emocional comparando com Lula, pela ênfase dada aos investimentos e oportunidades comerciais para as empresas brasileiras, mas também instando a que fosse deixado um legado através da transferência de tecnologia, treino e programas sociais (Cabral; Shankland, 2013).

³⁰Na sua 7ª viagem ao continente africano aborda o tema dos biocombustíveis, estimulando os países a produzir esse tipo de combustível e oferecendo tecnologia para transformação da cana-de-açúcar.

³¹Exemplo disso são os programas de cooperação bilateral, como centros de ensino técnico brasileiros em Angola, que o Brasil passa a desenvolver com países da CPLP.

³²Como o papel do G3 e G20 nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o complemento dessa política através da realização da I Cúpula África- América do Sul (AFRAS) em Abuja (2006). A iniciativa brasileira coordenou-se com o G20 para alterar a forma como as negociações comerciais eram feitas em prejuízo dos países em desenvolvimento exportadores, nomeadamente de produtos agrícolas, cuja produção mal podia sobreviver face à competição desleal subsidiada.

2.5. O sector agrícola nas relações comerciais e institucionais entre o Brasil e Angola

Ao observar a pauta de comércio externo de Angola, podemos concluir que o país depende da importação³³ de géneros alimentares processados e/ou semi-processados de forma a corresponder à sua procura interna, cujas carências demonstram a ausência de uma indústria alimentar nacional. É de encontro a esta necessidade que o Brasil procura ampliar a sua participação no mercado angolano: no total, os bens alimentares representam 22.97% da importação angolana proveniente do Brasil, não incluindo animais (29.36%) e vegetais (7.99%) (WITS, 2015) (v. anexo IV).

Por outro lado, o Brasil procura em Angola um fornecedor de energia que preencha as necessidades brasileiras (99.59% das importações brasileiras de Angola são combustíveis) (WITS, 2015) pois, apesar de ser auto-suficiente, a elevada procura mundial torna essencial a existência de várias opções de fornecimento. Ainda dentro da mesma visão estratégica, o mercado angolano representa um caminho de escoamento de produtos manufacturados fabricados no Brasil, o que muda a visão tradicional do Brasil enquanto país agro-exportador³⁴ (v. anexo V).

O Brasil identifica a agricultura como um sector estratégico, no qual tem vantagem comparativa e uma história de sucesso nos últimos anos, representada pela revolução verde e pela transformação do cerrado em terreno produtivo (Amanor et al, 2016). Com experiência em agricultura tropical e sub-tropical, que envolve clima e plantações semelhantes àquelas que podemos encontrar em África, o Brasil pode proporcionar a Angola os conhecimentos técnicos e tecnologia para desenvolver a sua agricultura (Gonçalves; Shankland, 2016).

Angola, por seu lado, tem disponível uma grande percentagem de população rural (8.5 milhões em 2014, FAO; 2015), grandes áreas para cultivo e uma crescente noção de que a agricultura deve ser considerada um sector prioritário, como pode ser comprovado pelas afirmações de líderes políticos e membros da União Africana (Amanor et al, 2016).

Para além da fraca produtividade e atraso da agricultura angolana e que consiste basicamente em agricultura de subsistência, existem também entraves como a distância dos produtos ao mercado, o estado das vias de comunicação, fracas infraestruturas,

³³ A composição das importações é dominada de forma constante pelos bens de consumo, que em 2012 representavam cerca de 58% das importações totais. (WITS, 2012).

³⁴ 7º maior exportador mundial de produtos alimentares (WITS, 2015).

ausência de recursos humanos qualificados e a própria insegurança, isto para não acrescentar o estado a que o sector foi votado pelo governo angolano em termos de políticas agrárias e apoio orçamental.

Apesar de existirem alguns obstáculos que dificultam o investimento e os empreendimentos na área agrícola como as políticas locais, ambientes rigorosos, burocracia e regulamentação excessiva, a expansão das empresas brasileiras no sector mineiro e de infraestruturas (v. anexo VI) são um precursor importante de futuros investimentos em terra e agricultura em Angola.

No Brasil, durante o período de modernização (início dos anos 70 até ao começo dos anos 90) a produção agrícola teve um crescimento exponencial. Apesar de duas décadas de modernização e de um alto nível de concentração territorial, emergiu um grupo significativo de pequenos produtores agrícolas cuja performance era semelhante às grandes produções agrícolas, mesmo que os primeiros não fossem alvo de programas de crédito ou inovação tecnológica (Amanor et al, 2014)

No que diz respeito ao sector agrícola, é comum encontrar na narrativa governamental brasileira uma complementaridade entre um modelo de agronegócio e outro de agricultura familiar e de pequena escala, narrativa que acaba por se reflectir na cooperação para o desenvolvimento em África (Cabral; Shankland, 2013). Desde o final dos anos 90 que o Brasil tem dois ministérios responsáveis por desenvolver a agricultura do país. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que se define como o ministério do agronegócio, defendendo os interesses comerciais e produções de grande escala.

O segundo ministério, o Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA), foca a agricultura familiar e a reforma agrária e procura o desenvolvimento social e rural nas zonas mais pobres, ao mesmo tempo que implementa programas desenhados para garantir a provisão de apoio técnico e a concessão de empréstimos (Amanor et al, 2014).

A Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - é uma das empresas que mais se associa ao sucesso brasileiro na área do agronegócio, mas o seu *portfolio* inclui igualmente programas associados a agroecologia e agricultura de pequena escala.

O uso da cooperação para o desenvolvimento como veículo de negócios e interesses comerciais pode ser benéfico para África, onde o sector privado não conseguiu substituir o desmantelamento dos serviços públicos devido às políticas de ajustamento estrutural dos anos 80 e 90 (Amanor et al, 2016). Contudo, a própria

experiência brasileira indica que estes benefícios iriam ser distribuídos de forma desigual e, como tal, urge adoptar uma abordagem mista que alerte para a importância do desenvolvimento das comunidades rurais e da sua forma de trabalhar o campo ao mesmo tempo que se investe em negócios de grande escala³⁵.

Este aspecto dá ênfase às possibilidades da agricultura familiar, no sentido de esta aumentar os níveis de produtividade através de tecnologia e capital que de certo modo permita uma transição para um tipo de agricultura mais orientada para o negócio.

Neste âmbito, a promoção da bioenergia, uma das estratégias brasileiras, pode ser considerado um modelo a seguir visto que o sector do biocombustível pode surgir como meio de reduzir a dependência face às oscilações na produção e preço do petróleo³⁶.

Esta complementaridade de abordagens da agricultura brasileira, união de interesses comerciais e metas de desenvolvimento, reflecte-se nos seus programas que inicialmente implementados em casa estão agora a expandir-se para o continente africano. O Programa Mais Alimentos África tem o objectivo de aumentar a produtividade agrícola e a segurança alimentar através das melhorias no acesso à tecnologia. Consiste numa linha de crédito para apoio na aquisição de maquinaria e equipamentos agrícolas fornecidos pelo Brasil. É direccionado ao equivalente africano de agricultura familiar e os empréstimos³⁷ são complementados por assistência técnica.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visa diminuir a insegurança alimentar e expandir os mercados locais de alimentos através da procura de géneros alimentícios produzidos por pequenos agricultores, doando-os a famílias carenciadas, a programas alimentares escolares e exponenciando as reservas alimentares. Este programa implementado inicialmente no Brasil, está a ser difundido pelo continente africano com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Programa Alimentar Mundial (WFP) (Amanor et al, 2014).

³⁵ “Here in Brazil the government has to finance both agribusiness and family agriculture and we are proud to do this because we understand the importance both sectors have in the Brazilian economy”, declaração do ex-presidente do Brasil, Lula da Silva, no discurso de abertura do “Diálogo Brasil- África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”.

³⁶ No caso do Brasil, o foco neste sector deve-se à necessidade de reduzir a dependência face à importação de petróleo. No caso da Etiópia, estão a ser realizadas iniciativas brasileiras baseadas no seu próprio modelo e com o mesmo objectivo de redução da dependência face às importações petrolíferas.

³⁷ Se uns são concessionais e focados em objectivos de desenvolvimento, como linhas de crédito para apoiar agricultores na compra de maquinaria para aumentar os ganhos de produtividade e segurança alimentar, outros centram-se nos objectivos comerciais, como a maior parte dos empréstimos providenciados pelo Banco de Desenvolvimento Brasileiro a países como Angola, Nigéria e África do Sul (Cabral; Shankland, 2013).

Apesar da cooperação técnica apenas representar 9% (IPEA e ABC; 2010) do total das modalidades de cooperação para o desenvolvimento do Brasil (57% para África, ABC; 2011) e com Angola no top 5 dos principais beneficiários³⁸ (ABC, 2011), a sua força como instrumento de diplomacia tem vindo a fazer com que esta modalidade se expanda nos últimos anos (v. anexo VII). Entre essa cooperação técnica, a agricultura é a maior prioridade, representado 22% desta modalidade. Se considerarmos apenas o continente africano, a percentagem sobe para 26% no mesmo período (ABC, 2011

Apesar da proeminência de países lusófonos³⁹ no *portfolio* de cooperação agrícola brasileiro, a cooperação continua a expandir-se para outros países, um crescimento importante que em parte se deve à promoção por Lula da Silva do evento Diálogo Brasil-África⁴⁰ o qual identificou a agricultura e segurança alimentar como uma área chave nas relações de cooperação entre Brasil-África (Cabral, Shankland; 2013).

3. Estudo de caso

As críticas que pendem sobre a cooperação brasileira por supostamente esta esconder vários interesses económicos e políticos por detrás da bandeira da cooperação e amizade, acabam por não serem realistas e pragmáticas visto que estas premissas são necessárias para encetar estas relações, sem representarem um exemplo de relação *top-down* ou de ausência de justiça e igualdade. A mutualidade de interesses acaba, portanto, por ser um pré-requisito para a cooperação. Sem isso os Estados não se colocam na linha da frente, pois para tal necessitam de indicadores que lhes garantam que a sua ajuda lhes vai garantir *payoffs*/recompensas imediatas ou futuras.

Apesar da cooperação para o desenvolvimento do Brasil ser sobretudo implementada mediante projectos inter-governamentais, é cada vez mais patente a influência proveniente das dinâmicas da sociedade na definição destas políticas. Aliás, o caso brasileiro mostra como a sociedade civil e os movimentos sociais foram capazes de modificar as políticas defendendo a inclusão da problemática da agricultura familiar.

³⁸ Os 5 primeiros são países africanos de língua portuguesa.

³⁹ “Because of similarities in social and economic realities and challenges..., partner countries can absorb knowledge resulting from exchanging experiences with Brazil which are more easily adapted and applied to real cases if compared to traditional solution offered by traditional partners. (...) Affinities of historical, ethnic, cultural, linguistic and economic nature as well as shared heritage and aspirations favour the expansion and realization of south-south cooperation and contribute to its success.” Declarações do ex-director da ABC, Ministro Marco Farani.

⁴⁰ Evento realizado na Cimeira da União Africana em 2009, onde Lula foi convidado especial.

Esta descentralização no que diz respeito às práticas de cooperação para o desenvolvimento é reafirmada pela ênfase crescente da Secretaria Geral da Presidência da República Brasileira em apoiar o papel dos actores não estatais através da promoção da participação de movimentos sociais⁴¹ na cooperação inter-governamental. Neste sentido, está a aumentar a presença da MDA, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) bem como de várias instituições governamentais⁴², ONG's e movimentos sociais que cada vez mais ganham a possibilidade de dar o seu contributo e opinião dentro do enquadramento da cooperação brasileira. No *modus operandi* brasileiro é dado destaque à ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e Embrapa que são responsáveis pela coordenação entre as diversas instituições brasileiras e que mais uma vez reflectem a importância crescente dos actores não estatais nas dinâmicas de cooperação.

Por exemplo, o Programa Mais Alimentos Internacional conta com a participação de mais de 500 empresas brasileiras que exportam para os actuais seis países que fazem parte do programa: Cuba, Gana, Moçambique, Quênia, Gana e Zimbábue. Em causa está o estabelecimento de uma linha de crédito concessional⁴³ que financie as exportações brasileiras de equipamentos e máquinas direccionadas para o apoio à agricultura familiar e ainda a defesa de projectos de desenvolvimento rural mediante cooperação técnica e intercâmbio de políticas públicas. Isto não só permite o fortalecimento rural de outros países como estimula a indústria nacional de máquinas e equipamentos agrícolas e dá às empresas brasileiras de pequena e média dimensão a oportunidade de exportarem os seus produtos (ABC; 2016).

A ideia é não só manter como consolidar e ampliar o programa que nasce de uma iniciativa intersectorial do governo brasileiro na área da cooperação técnica coordenado pelo MDA e MRE; financiamento (com recursos do PROEX- Programa de Financiamento à Exportação) e sector industrial no que toca à adaptação da maquinaria às condições ambientais locais e capacitação de técnicos e agricultores familiares.

Esta percepção tem sido acompanhada por alterações na natureza da cooperação que regista um aumento de escala e dos horizontes temporais dos projectos mais técnicos e um maior foco na sustentabilidade e na capacitação das instituições locais.

⁴¹ Alguns desses movimentos têm até vindo a criar laços com outras sociedades civis africanas.

⁴² Nomeadamente Itamaraty, ABC, MDS, MDA, Câmara do Comércio, Banco de Desenvolvimento e Embrapa.

⁴³ As condições de crédito são facilitadas, com até 15 anos para pagamento do empréstimo e juros anuais de 2%.

Estes projectos denominados “projectos estruturantes” indiciam uma preocupação não só com uma boa performance mas essencialmente com os resultados e eficácia das práticas partilhadas. Além disso, o evento Diálogo Brasil-África realizado em 2010 deu destaque à necessidade de adaptação das políticas brasileiras aos contextos em que são empregues, em oposição a um modelo *one-size-fits-all*.

A complementaridade de actores e abordagens poderão originar projectos coordenados ou abordagens híbridas que encontram no modelo dinamarquês uma perfeita exemplificação pela forma como as unidades familiares se modernizaram e asseguraram os seus rendimentos através de uma elevada produtividade e aumento da competitividade. Esta modernização foi alcançada através de parcerias entre o sector familiar e o sector empresarial em que o camponês era detentor do capital terra e o empresariado da tecnologia, *know-how*, acesso ao mercado e acréscimo de valor através da transformação dos bens primários (IFAD; FAO, 2016).

Dentro do âmbito de *know-how* há que destacar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial –SENAI que, com o apoio da ABC, transferiu o seu modelo de desenvolvimento através da operacionalização de centros de formação profissional nomeadamente em Angola. Fundado em 2000, visa formar quadros qualificados no sector industrial que contribuam para a reconstrução nacional e para a reinserção social, sendo que 5 anos depois a sua gestão foi transferida para o governo angolano e tornou-se numa referência na formação profissional.

3.1. *Win-win na cooperação Brasil-Angola*

O que se verifica nas relações entre os dois países em estudo, Brasil e Angola, é a existência de um passado ancestral que evoluiu ao longo de um percurso de avanços e recuos que formaram os laços existentes actualmente. É impossível ignorar a influência que as políticas nacionais brasileiras exerceram sobre a política externa e consequentemente sobre o redireccionamento para o continente africano. De igual modo, não é possível enquadrar o evoluir destas relações sem compreender o papel essencial dos laços fraternos que primeiro que tudo uniram dois povos e constituem uma herança cultural e histórica que facilitou a cooperação subsequente.

Sem tentar diminuir o papel do Estado, pois os vários líderes políticos brasileiros decidiram de forma absoluta o peso atribuído ao continente africano ao longo das últimas décadas, os interesses e motivações que foram defendidos ao longo desse

caminho foram influenciados por mais do que teóricos e líderes políticos. Apesar do papel do Estado na definição das políticas e interesses nacionais, é necessário considerar o enquadramento institucional e a influência e constrangimentos que as instituições produziram na formação de conceitos e no apoio a determinados movimentos, causas e políticas públicas: “Institutions determine the opportunities in a society. Organizations are created to take advantages of those opportunities, and, as the organizations evolve, they alter the institutions” (North, 1990; p.36).

A aplicação da Teoria dos Jogos justifica como é possível surgir um comportamento cooperativo entre diversas entidades, quer sejam indivíduos ou grupos. Para isso, foi necessário ultrapassar a ideia do *homo economicus* e considerar o ser humano não apenas como um ser egoísta e maximizador mas sim como um “jogador” que se adapta aos condicionalismos e interesses que não são completamente idênticos aos seus, ajustando o seu comportamento de encontro à obtenção de ganhos comuns (Pereira, 2008).

Esta preocupação com ganhos comuns caracteriza a cooperação pois sem valorizar a possibilidade de uma mutualidade de interesses e de reciprocidade nos comportamentos estaríamos a regredir para o mundo descrito por tantos pensadores clássicos em que a ajuda mútua é algo inatingível porque o Homem é racional e egoísta.

Como foi exposto anteriormente, tanto o Brasil como Angola têm algo a ganhar com o estabelecimento de relações de cooperação. O Brasil pela necessidade que tem de expandir a sua influência geopolítica e os seus interesses para além do Atlântico e pelo potencial do mercado angolano em absorver as exportações brasileiras de produtos manufacturados. Assim, tanto pela dimensão comercial como política, é do interesse do Brasil que se proceda à expansão da sua influência no continente africano e se intensifiquem as relações de cooperação com Angola nas áreas em que apresentem interesses e objectivos em comum.

Do lado angolano, é também vista com bons olhos a penetração das empresas brasileiras na economia angolana, pelo investimento que introduzem, pelo capital que é disponibilizado e pela assistência técnica que é essencial para introduzir melhorias nos diversos sectores da economia. O avanço nesses sectores por sua vez será fulcral para dinamizar e diversificar a economia e provocar uma redução dos níveis de pobreza da população (FMI, 2014).

Para além disso, é importante compreender como a existência prévia de relações políticas e como o crescendo das interações comerciais e económicas no geral abre

espaço para novas oportunidades noutras áreas e iniciativas. A ideia da teoria da interdependência de que existe uma correlação entre aumentos da recorrência de interações entre actores internacionais e a maior procura de cooperação, coincide com o crescimento dos valores de exportação e importação que, embora reduzido em termos absolutos, é relevante em termos relativos.

A forma como foram capazes de definir/influenciar os interesses dos Estados é bem visível na narrativa agrícola brasileira em que graças à pressão da sociedade civil, à interferência das organizações envolvidas com o meio rural e seus trabalhadores e ao envolvimento de um ministério que se focasse exclusivamente na promoção do desenvolvimento social e rural nas zonas mais pobres, foi possível diminuir a supremacia dos interesses comerciais e produções de grande escala.

3.2. *O que esperar da cooperação bilateral*

A cooperação técnica entre os dois países começou a desenhar-se em 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica. A partir deste momento começaram a desenvolver-se iniciativas em diversas áreas, nomeadamente no sector agrícola. Já foram concluídos cerca de 80 projectos de cooperação⁴⁴, seis deles que visavam a agricultura, e estão actualmente em execução três novos projectos (ABC, 2016). Em 2010, a Declaração de Parceria Estratégica delimita as áreas de interesse mútuo e as prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração económica.

Estas acções são implementadas pela ABC em parceria com outros organismos como a Embrapa, EMATER e Universidades federais e têm como objectivo a inovação dos métodos agrícolas, sessões de treino e transferência de conhecimento, e melhorias na produção através da capacitação dos recursos humanos e disseminação de tecnologia.

Para além disso, a Embrapa⁴⁵ executa desde 2014 um projecto para fortalecimento de instituições públicas de pesquisa agrícola em Angola. Estas acções de capacitação são normalmente articuladas com a ABC/MRE e contemplam um resumo introdutório sobre o Brasil, uma visão geral da agricultura brasileira e um módulo

⁴⁴ Entre projectos estruturantes com maior horizonte temporal e maior volume de recursos financeiros e projectos pontuais e de capacitação.

⁴⁵ Em parceria com a FAO, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural angolano, Instituto de Investigação Agronómica, Instituto de Investigação Veterinária e a ABC.

técnico dentro da área em questão. Existem ainda cursos específicos realizados em coordenação com agências internacionais de cooperação.

Quanto mais forem reconhecidas e expandidas as capacidades dos elementos mais desfavorecidos e das suas organizações no meio, mais facilmente essas organizações serão capazes de exercer a influência necessária para reduzir a pobreza e se estabelecer um quadro institucional cujos princípios e valores são defendidos por essas organizações no terreno: “It is important to see the production of food as a result of human agency, and to understand the incentives that operate on people’s decisions and actions”⁴⁶(Sen, 2001).

Como consequência desta colaboração entre pequenos agricultores e agronegócio, as novas tecnologias poderão reduzir os custos de fazer negócio com estes agricultores de pequena escala e criar as oportunidades para aumentar a produtividade e rendimentos. Em segundo lugar, existe um grande apoio dos doadores, agências de desenvolvimento e sector público para práticas de agronegócio inclusivas que priorizem a integração dos pequenos agricultores nas cadeias de valor. Diversas formas de parcerias que sejam justas, equitativas e transparentes podem produzir resultados benéficos para ambas as partes, tanto para as empresas de agronegócio como para os pequenos agricultores (Amanor et al, 2016).

A relação causal entre o crescimento da produtividade agrícola e a redução da pobreza continua a não ser clara, mas a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento sectorial é superior na agricultura⁴⁷, seguida pelo sector de serviços (FMI, 2014). Com base nestes resultados, Angola poderia tornar o crescimento mais inclusivo aumentando o crescimento e a produtividade agrícolas através de um maior investimento em estradas rurais e irrigação, de um maior acesso a crédito, da difusão de variedades de sementes melhoradas e do fornecimento de serviços.

Na ausência de arranjos institucionais, o actor dificilmente irá adoptar uma linha de acção que favoreça o plano colectivo, como sucede com o dilema do prisioneiro. A estratégia deste dilema que mais remete para a cooperação é o “Tit for Tat”, pois assim se alcança um equilíbrio proveniente da reciprocidade e ajuste de comportamentos, cuja reprodução permite uma completa cooperação mútua.

⁴⁶ Sen, A. (2001). *Development as freedom*, 1ª Ed. Oxford: University Press in FAO 2012.

⁴⁷ A própria distribuição da população ao seu muito maior no meio rural, dá ainda maior destaque a uma estratégia de erradicação da pobreza que dê prioridade aos agricultores familiares.

Não só o institucionalismo histórico se torna uma grande adição à teoria dos jogos de forma a explicar como as forças históricas influenciam os comportamentos como também o institucionalismo de escolha racional com a sua lógica baseada em escolhas estratégicas se transforma numa mais-valia ao considerar a intencionalidade humana mas sem menosprezar o papel das variáveis estruturais sob a forma de instituições.

Assim, o papel das instituições de acordo com estas duas vertentes do institucionalismo é promover a eficiência ao fornecer informação e estruturar as expectativas relativas às acções futuras dos outros actores. Por um lado, expectativas de carácter mais instrumental e por outro, do ponto de vista social e cultural (Hall, Taylor; 2003).

As instituições e organizações têm sido decisivas para inúmeros processos de desenvolvimento. O que se pretende mostrar é que as mesmas continuarão a ser decisivas pela forma como irão moldar o crescimento e desenvolvimento do sector agrícola em Angola. A prevalência do agronegócio, das grandes corporações e da preocupação com o lucro que surge de forma racional e natural e que caracteriza uma situação em que as relações são assimétricas, será mais facilmente contrabalançada pela existência de um enquadramento institucional propício à criação de oportunidades para aqueles que trabalham a terra e que dela vivem.

Conclusão

Sendo até onze vezes mais eficiente a reduzir a pobreza do que qualquer outro sector, segundo o FMI, o crescimento da agricultura irá não só garantir a segurança alimentar como provocar o desenvolvimento rural e criar melhores condições para todos os agricultores que praticam uma agricultura de pequena escala e, não raras vezes, de subsistência.

As actividades de cooperação actualmente vigentes caracterizam-se primeiramente pela colaboração técnica nas áreas de desenvolvimento institucional, capacitação dos agricultores e difusão de tecnologias, que visam melhorar a competitividade do sector, seja em termos de segurança alimentar ou quanto a excedentes exportáveis. Os esforços concentram-se em projectos estruturantes que visam a concessão de linhas de crédito e apoio social, bem como projectos pontuais

direccionados para a inovação dos métodos agrícolas e que funcionam em parceria com organizações e entidades privadas de pesquisa agrícola.

A desarticulação da ajuda ao contexto africano torna cada vez mais importante a existência de instituições e organizações locais que funcionem no sentido de gerirem e adaptarem os programas de treino e equipamentos da forma mais eficaz ao ambiente e cultura em que as medidas estão a ser inseridas. Assim, seria possível evitar que as transferências de conhecimento se transformem em meras manifestações de soft power e se direccionem verdadeiramente para um aumento da utilidade e eficiência dos meios empregues. Substituir esta dinâmica por um processo de desenvolvimento construído de forma endógena seria a solução que tornaria como agentes as populações locais que participariam activamente e nos seus quadros culturais, sociais e económicos.

Sem qualquer plano alternativo e na inexistência de uma economia diversificada, as condições de desigualdade e pobreza prometem acentuar-se. No entanto, Angola tem demonstrado uma preocupação e interesse crescente na criação de novas oportunidades económicas, nomeadamente na exploração das potencialidades do seu sector agrícola. É possível que com as políticas e investimentos certos se inverta o ciclo de dependência de importações e se torne Angola num país não só auto-suficiente como ainda ser um fornecedor de bens alimentares para o mundo

Reconhecendo a vitalidade da agricultura para as economias de África e América Latina, a transferência de conhecimentos e tecnologias é facilitada por semelhanças culturais, no clima e nas práticas agrícolas. Sendo o crescimento da agricultura brasileira baseado na pesquisa para o desenvolvimento, a investigação conjunta deverá ser utilizada em prol dos pequenos produtores através da sua capacitação técnica e em simultâneo com a implementação de projectos de grande escala orientados para o mercado competitivo.

Esta abordagem híbrida poderá ser replicada no contexto angolano pela forma como, por um lado, as cadeias de agronegócio podem ter como fim a exportação e criação de oportunidades de expansão comercial e, por outro, os agricultores de pequena escala podem beneficiar da partilha de conhecimentos e técnicas, bem como da disponibilização de maquinaria agrícola para produzirem para o mercado local.

Referências Bibliográficas

1 – Artigos publicados em periódicos (revistas científicas)

Amanor, Cabral, L., Favareto, A. & Mukwereza, L. (2016). "Brazil's Agricultural Politics. Africa: More Food International and the Disputed Meanings of "Family Farming". *World Development* 81, 47-60.

Amanor, Favareto, A., Qi, G. & Scoones, I. (2016). "A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture". *World Development* 81, 1-12.

Axelrod, R. & Keohane, R. (1985). "Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions". *World Politics* 38 (1), 226-254.

Benfica, R. & Suttie, D. (2016). "Fostering inclusive outcomes in sub-Saharan African agriculture. Improving agricultural productivity and expanding agribusiness opportunities". *IFAD Research Series 03*, 12-20.

Cabral, L. & Shanklan, A. (2013). "Narratives of Brazil- Africa Cooperation for Agricultural Development: New Paradigms?". *Future Agricultures*. CBA Working Paper 051. 4-27.

Douglass, N. (1991). "Institutions". *The Journal of Economic Perspectives* 5 (1), 97-112

González, J. (2003). "Las teorías de la cooperación internacional dentro de las relaciones internacionales". *Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial* 2 (3), 115-147.

Hall, P., Taylor, R. (2003). "As três versões do neo-institucionalismo". *Lua Nova* (58). 193-223.

Hodgson, G. (2006). "What are Institutions?" *Journal of Economic Issues* 15 (1). 1-21.

Lechini, G. (2008). "O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty". *Revista Nueva Sociedad* 32. 55-71.

Pauselli, G. (2012). "Aportes a la explicación del fenómeno de la cooperación al desarrollo desde las teorías de las relaciones internacionales". *Cuarto Congreso Uruguayo de Ciencia Política "La Ciencia Política desde el Sur"*. 1-21.

Ribeiro, C. (2007). “BRASIL-ÁFRICA: Notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005)”. *Revista Afro-Ásia* (35). 281-314.

Tugendhat, H. (2014). “New Paradigms of Agricultural Development Cooperation in Africa: Lessons from Brazil and China”. *Future Agricultures Policy Brief* (63). 1-10.

Sen, K. & Left, A. (2010). “Beyond Institutions. Institutions and organizations in the politics and economics of poverty reduction - a thematic synthesis of research evidence”. *UkAid – Department for International Development*. 11-20.

Scoones, I., Amanor, K., Favareto, A. & Qi, G. (2016). “A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture”. *World Development* 81, 1-12.

2- Livros e monografias

Axelrod, R. (1984). *The Evolution of Cooperation*, 1ª Ed. USA: Basic Books.

Bennassar, B., Richard, M. (2000). *História do Brasil 1500-2000*, 1ª Ed. Lisboa: Teorema.

Ferreira, M. E. (1999). *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975 - 91)*, 1ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos.

Hodgson, G. (1994) *Economia e Instituições*, 1ª Ed. Oeiras: Celta.

Hodgson, G. (1999). *Evolution and Institutions. On Evolutionary Economics and the Evolution of Economics*, 1ª Ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Hodgson, G. (2001). *How Economics Forgot History. The problem of historical specificity in social science*, 1ª Ed. London: Routledge.

Keohane, R. (1989). *International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory*, 1ª Ed. Harvard: Westview Press.

Neto, J. (1999). *Os camponeses e o desenvolvimento agrícola e rural de Angola*, 1ª Ed. Lisboa: GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Neto, J. (2008). *Angola: Agriculturas e Alimentação*, 1ª Ed. Lisboa: IPAD.

North, D. (1990). *Institutions, Institutional change and economic performance*, 1ª Ed. New York: Cambridge University Press.

Rizzi, K. (2006). *Relações Brasil- Angola no pós-guerra fria: os condicionantes internos e a via multilateral*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Saraiva, F. (1996). “O lugar de África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)”, 1ª Ed. Brasília: UnB.

3- Fontes de dados estatísticos

African Development Bank (2015). *AfDB Statistical Data Portal* [Base de Dados], Abril 2015. Tunísia: AfDB. Disponível em: <http://dataportal.afdb.org/>.

Banco Nacional de Angola (2012). *Produto Interno Bruto 2007 - 2012* [Base de Dados], Abril 2012. Angola: BNA. Disponível em: <http://www.bna.ao/>.

Comtrade (2014). *UN Comtrade Database* [Base de Dados], 2014. New York: United Nations. Disponível em: <http://comtrade.un.org/>.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (2015). *FAOSTAT Statistics Division* [Base de Dados], 2015. Roma: Nações Unidas. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/home/E>.

International Monetary Fund (2016). *IMF DATA* [Base de Dados], 2016. Washington: IMF. Disponível em: <http://www.imf.org/en/data>.

World Bank (2016). *World Bank Open Data* [Base de Dados], 2016. Washington: The World Bank Group. Disponível em: <http://data.worldbank.org/>.

World Bank (2016). *WITS - World Integrated Trade Solutions* [Base de Dados], 2016. Washington: The World Bank Group. Disponível em: <http://wits.worldbank.org/trade-visualization.aspx?lang=en>.

4- Websites e documentos na Internet

Agência Brasileira de Cooperação (2016). *Projectos* [Em linha]. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/> [Acesso em: 2016/8/26].

African Development Bank; Organisation for Economic Co-operation and Development; United Nations Development Programme & United Nations Economic Commission for Africa (2011). *African Economic Outlook 2011. Africa and its Emerging Partners* [Em linha]. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/> [Acesso em: 2016/5/22].

African Development Bank; Development Centre of the Organization for Economic Co-operation and Development; United Nations Development Programme & United Nations Economic Commission for Africa (2013). *African Economic Outlook 2013*

Structural Transformation and Natural Resources [Em linha]. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/> [Acesso em: 2016/5/22].

African Development Bank; Organisation for Economic Co-operation and Development & United Nations Development Programme (2016). *African Economic Outlook 2016. Sustainable Cities and Structural Transformation* [Em linha]. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/> [Acesso em: 2016/5/22].

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2016). *CEPALSTAT Base de Datos y Publicaciones Estadísticas* [Em linha]. Disponível em: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp [Acesso em: 2016/3/4].

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2014). *O mundo rural no Brasil do século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola* [Em linha]. Disponível em: <https://www.embrapa.br> [Acesso em: 2016/8/8].

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (2016). *Programas e Ações* [Em linha]. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/> [Acesso em: 2016/8/26].

Food and Agricultural Organization; International Fund for Agricultural Development & World Food Programme (2015). *Achieving Zero Hunger: the critical role of investments in social protection and agriculture* [Em linha]. Disponível em: <http://www.fao.org/> [Acesso em: 2016/9/27].

Food and Agriculture Organization; International Fund for Agricultural Development & World Food Programme (2015). *The State of Food Insecurity in the World. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress* [Em linha]. Disponível em: <http://www.fao.org/> [Acesso em: 2016/8/6].

Food and Agriculture Organization; International Fund for Agricultural Development (2012). *Good practices in building innovative rural institutions to increase food security* [Em linha]. Disponível em: <http://www.fao.org/> [Acesso em: 2016/8/5].

Fundo Monetário Internacional (2007). *Angola: Selected Issues and Statistical Appendix* [Em linha]. Disponível em: <http://www.imf.org/> [Acesso em: 2016/7/04].

Fundo Monetário Internacional (2014). *Angola. Temas seleccionados* [Em linha]. Disponível em: <http://www.imf.org/> [Acesso em: 2016/7/04].

International Food Policy Research Institute (2016). *International Food Policy Research Institute* [Em linha] Disponível em: <http://www.ifpri.org/> [Acesso em: 2016/5/6].

International Fund for Agricultural Development (2016). *International Fund for Agricultural Development* [Em linha]. Disponível em: <https://www.ifad.org/> [Acesso em: 2016/5/10].

Mo Ibrahim Foundation (2016). *Mo Ibrahim Foundation* [Em linha]. Disponível em: <http://mo.ibrahim.foundation/> [Acesso em: 2016/2/12].

Pereira, A., Visentini, P. *A política africana do governo Lula* [Em linha]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/> [Acesso em: 2016/2/26].

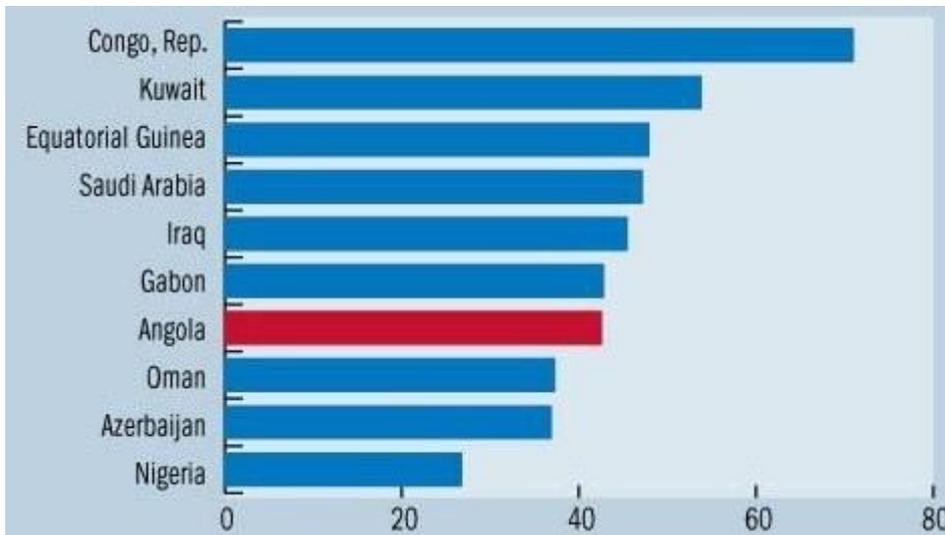
República de Angola (2016). *Portal Oficial da República de Angola* [Em linha]. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/> [Acesso em: 2016/8/19].

World Rural Forum (2016). *World Rural Forum* [Em linha]. Disponível em: <https://www.ruralforum.net/en/ressources> [Acesso em: 2016/5/14].

República de Angola - Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017* [Em linha]. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/> [Acesso em: 2016/8/29].

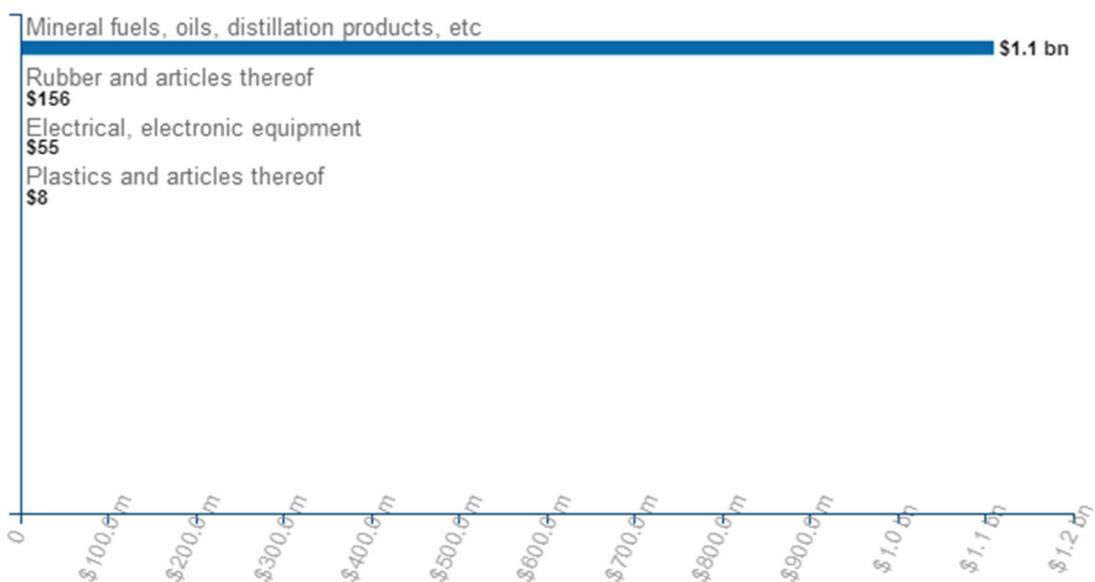
Anexos

I. Top 10 - países com as rendas petrolíferas mais elevadas em percentagem do PIB



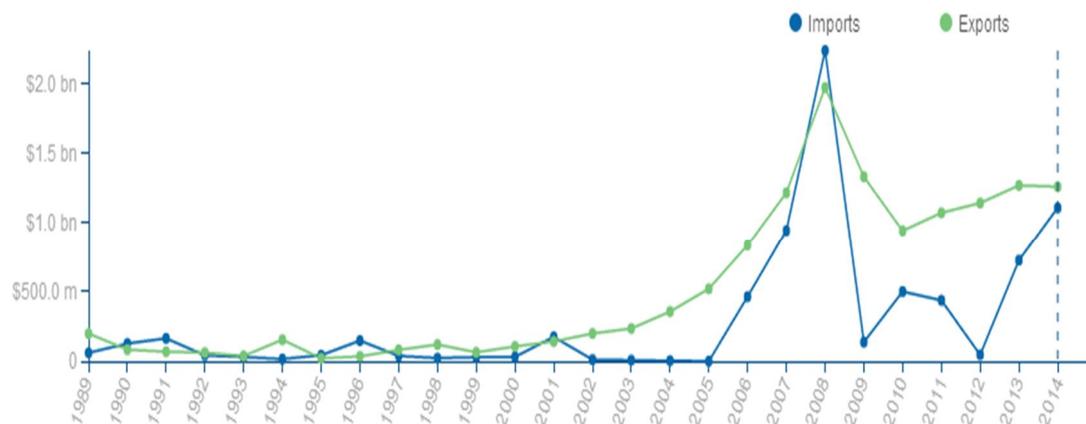
FONTE: World Bank

II. Brasil - Importações de bens de Angola em 2014



FONTE: UN Comtrade data

III. Evolução das trocas comerciais entre Brasil em Angola 1989-2014



FONTE: UN Comtrade data

IV. Brasil – Exportações de bens para Angola em 2014



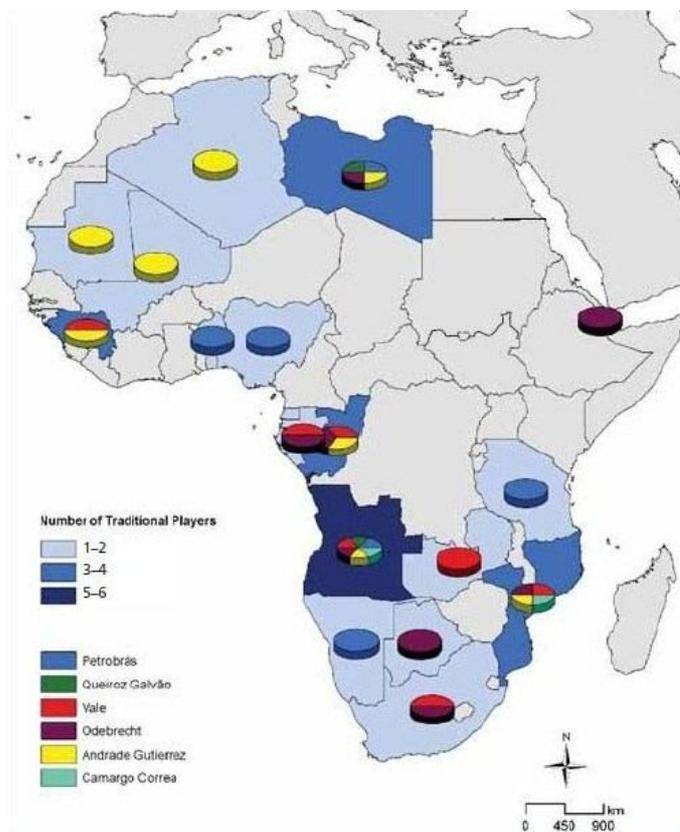
FONTE: UN Comtrade data

V. Principais exportadores de mercadorias, 2011

Rank	Area	Commodity	Value (1000 \$)
1	United States of America	Soybeans	17563868
2	Malaysia	Palm oil	17452177
3	Indonesia	Palm oil	17261248
4	Brazil	Soybeans	16327287
5	United States of America	Maize	13982404
6	Indonesia	Rubber Nat Dry	11735105
7	Brazil	Sugar Raw Centrifugal	11548786
8	United States of America	Wheat	11134659
9	Thailand	Rubber Nat Dry	10634724
10	France	Wine	9941495
11	Argentina	Cake of Soybeans	9906725
12	United States of America	Cotton lint	8425179
13	United Kingdom	Bever. Dist.Alc	8330057
14	Brazil	Coffee, green	8000416
15	Brazil	Chicken meat	7063214
16	France	Wheat	6738299
17	Italy	Wine	6075404
18	Canada	Wheat	5742111
19	Australia	Wheat	5709036
20	Brazil	Cake of Soybeans	5697860

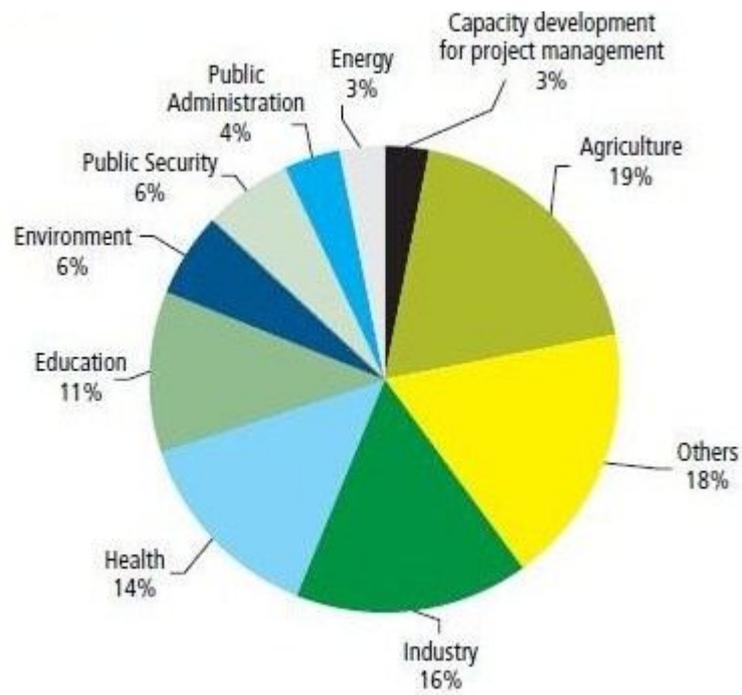
FONTE: UN Comtrade data

VI. Empresas brasileiras em África, 2010



FONTE: ABC

VII. Brasil - Maiores áreas de cooperação Sul-Sul, 2009



FONTE: ABC